



A ABORDAGEM DA UNIÃO EUROPEIA PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO (NÃO) PAPEL DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Cláudia Marconi¹,
Rafael de Souza Nascimento Miranda²,
Maria Isolina Nogueira Santos³

RESUMO

O presente artigo busca esclarecer os aspectos centrais e constitutivos da abordagem que a União Europeia (UE) estabeleceu para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ponderando em que medida esta mesma abordagem (não) assume um papel para as pequenas e médias empresas (PMEs). Percorrendo a centralidade que a ideia de localização e territorialização adquire para a realização da agenda em questão, o artigo problematiza a falta de preocupação expressa com as PMEs nesta estratégia, sobretudo daquela que parte da Organização das Nações Unidas (ONU), verificando um certo espelhamento desta mesma lacuna na abordagem desenhada pela UE. Explorando *Policy Coherence for Sustainable Development* (PCSD), adotada pela UE, o artigo identifica a centralidade no papel dos governos (em seus distintos níveis) e da sociedade civil, bem como a lateralização das empresas, sobretudo das PMEs. Importa salientar que o artigo revela não a ausência de uma abordagem da UE para este perfil de empresas, tão relevante pela presença massiva na paisagem de negócios europeia, mas sim de uma abordagem para os ODS capaz de incluir tais *stakeholders*. Em seguida, o artigo ancora esta ausência das PMEs já na notada virada espacial provocada pela agenda ODS desde a ONU, uma vez que tanto as ideias de localização e territorialização não embutem uma importância espacial (e especial) para as PMEs. Desse modo, o artigo aponta que é muito mais pelas práticas, que merecem ser levantadas e analisadas, que as PMEs europeias podem ser consideradas *stakeholders* importantes neste processo de localização, territorialização e, portanto, de micro-espacialização dos ODS. Mesmo que não pela abordagem disponível para a agenda ODS, mas pela identificação de práticas sobretudo de ações coletivas das PMEs - por vezes pulverizadas -, elas cumprem um papel importante no ciclo de vida da Agenda 2030. Principalmente através de estratégias de colaboração, em particular apoiadas pelo conceito de rede, abre-se uma agenda de pesquisa importante e que situa as PMEs na viabilização e implementação dos ODS. Frente

¹ Professora da graduação em Relações Internacionais e do Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Co-Diretora do Jean Monnet Centre of Excellence on Business and Human Rights e Coordenadora Acadêmica do Módulo Jean Monnet na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado.

² Doutorando em Ciência Política e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Co-Diretor do Centro de Excelência Jean Monnet em Empresas e Direitos Humanos. Coord. executivo do Instituto Brasil-União Europeia e do Módulo Jean Monnet sobre as Relações Estratégicas Brasil-União Europeia.

³ Profissional com carreira em Comunicação Corporativa. Mestranda em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais na PUC-SP; MBA em Negócios e Operações Internacional pela FIA Business School. Possui Graduação em Jornalismo e Especialização em Comunicação Empresarial.

a resultados bastante frágeis no que concerne ao cumprimento das metas elencadas em cada ODS de 2015 até 2023, a segunda metade do ciclo de vida da Agenda em questão deve se orientar para que *stakeholders* capazes de, pela(s) prática(s), colaborar no atingimento das metas reúnam meios para fazê-lo. O encontro entre estudos do campo disciplinar das Relações Internacionais, sobretudo aqueles interessados no papel das institucionalidades internacionais em um *continuum* global-local, com os estudos ligados à Gestão de Negócios, sobremaneira aqueles que assumem a preocupação com a sustentabilidade, oferece caminhos metodológicos férteis para apontar para a faceta empresarial da localização dos ODS, sobretudo via PMEs.

PALAVRAS-CHAVE: União Europeia. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Pequenas e Médias Empresas. Localização.

THE EUROPEAN UNION'S APPROACH TO THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: CONSIDERATIONS ABOUT THE (NON-)ROLE OF SMALL AND MEDIUM-SIZED ENTERPRISES

ABSTRACT

This article seeks to clarify the central and constitutive aspects of the approach that the European Union (EU) has established for the Sustainable Development Goals (SDGs), considering the extent to which this same approach (does not) assume a role for small and medium-sized enterprises (SMEs). Going through the centrality that the idea of localization and territorialization acquires in terms of implementing the agenda in question, the article problematizes the lack of concern expressed for SMEs in this strategy, especially the one from the United Nations (UN), verifying a certain mirroring of this same gap in the approach designed by the EU. Exploring Policy Coherence for Sustainable Development (PCSD), adopted by the EU, the article identifies the centrality of the role played by governments (at their different levels) and civil society, as well as the lateralization of companies, especially SMEs. It is worth noting that the article does not reveal the absence of an EU approach to this profile of companies, which is so relevant due to its massive presence in the European business landscape, but rather an approach to the SDGs unable to include these stakeholders. The article then anchors this absence of SMEs in the perceived spatial shift brought about by the UN-based SDG, since both the ideas of localization and territorialization do not evidentiate a spatial (and special) importance for SMEs. In this way, the article points out that it is much more through their practices, which deserve to be surveyed and analyzed, that European SMEs can be considered important stakeholders in this process of localization, territorialization and, therefore, micro-spatialization of the SDGs. Even if not through the available approach for the SDG agenda, but because of the identification of practices, especially collective actions by SMEs - which are sometimes scattered - it is possible to rearticulate their role in the life cycle of the 2030 Agenda. Mainly through collaborative strategies, in particular supported by the concept of networks, an important research agenda is acknowledging SMEs' role in the implementation of the SDGs. Faced with quite fragile results in terms of meeting the targets set out in each SDG from 2015 to 2023, the second half of the life cycle of the Agenda in question should be geared towards ensuring that stakeholders capable of collaborating in achieving the targets through their practice(s) are given the means to do so. The encounter between studies in the disciplinary field of International Relations, especially those interested in the role of international institutions in a global-local continuum, and studies related to Business Management, especially those concerned with sustainability, offers fertile methodological avenues to point to a business oriented role, mainly of SMES, in localizing SDGs.

KEYWORDS: European Union. Sustainable Development Goals. SMES. Localization.

INTRODUÇÃO

Mesmo representando quase "[...] 99% de todos os negócios da União Europeia" (COMISSÃO EUROPEIA, online), a importância estratégica das pequenas e médias empresas (PMEs) no cumprimento - mediado e não mediado institucionalmente - dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é pouco conhecida e sistematizada tanto nos esforços de teorização da denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável quanto nas práticas de sua implementação global, regional e local⁴.

Esta lacuna se inicia em uma camada global da governança para o desenvolvimento sustentável e atingimento dos 17 ODS e das 169 metas elencadas, partindo de seus respectivos 232 indicadores, já que o instrumento internacional-global criado no bojo da Cúpula Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável (2015) com vistas a indicar para como as empresas poderiam se alinhar com esta paisagem normativa complexa – o denominado *Sustainable Development Goals Compass* (*SDG Compass*): diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios, iniciativa co-governada pelo Pacto Global da ONU, o *World Business Council for Sustainable Development* e o *Global Reporting Initiative* (GRI) –, ainda não adaptou seu ciclo aos contextos específicos das PMEs, ficando longe de ajudá-las a trabalhar pela implementação dos ODS.

De uma perspectiva regional europeia que interessa essencialmente a este artigo, a lacuna parece residir também na ausência de um papel para esse perfil central de empresas na realidade da Europa e na abordagem da UE denominada de *Policy Coherence for Sustainable Development* (PCSD). Trata-se de abordagem que antecede os próprios ODS e que também está presente no âmbito de institucionalidades internacionais não universais, tal como a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (ZEIGERMANN, 2018).

Finalmente, de uma perspectiva local e atrelada à própria paisagem contextual das PMEs, esta ausência se dá especialmente em função da falta de recursos humanos e financeiros, conhecimento e experiência que as PMEs enfrentam para se engajar com os ODS (VERBOVEN; VANHERCK, 2016). O modelo organizacional das PMEs por vezes se define por uma estrutura informal que prioriza as demandas de rotina em detrimento do foco estratégico e de horizonte ampliado requerido para a implementação da Agenda 2030, indicando “[...] uma lacuna entre o papel atribuído às PMEs em relação ao cumprimento dos ODS e as abordagens necessárias para exercer esse papel” (NYGAARD, KOKHOLM; HUULGAARD, 2022, tradução nossa).

Assim, apesar do grande potencial dos ODS em serem convertidos em ações, programas e políticas por distintos *stakeholders*, sobretudo através das estratégias denominadas de localização ou territorialização, a presente contribuição debate a lateralidade

⁴ No que concerne ao papel das denominadas empresas transnacionais e sua atividade em torno da implementação dos ODS, uma produção mais consistente parece acompanhar a própria trajetória da Agenda 2030 e pode ser encontrada em Cf. Topple, C. et al (2017); Donovan, J. D. et al (2016); Pedersen (2018).

do reconhecimento das PMEs na implementação da Agenda 2030 passados exatos oito anos do ciclo de vida desta agenda, assumindo sobretudo a abordagem adotada pela UE.

Especifica-se esta lacuna quanto às PMEs frente a importante literatura que sublinha que, de modo ampliado, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (DS) reconheceu de partida o papel dos atores privados de mercado e de sua gestão de negócios como elemento importante:

[...] reconhece a relevância específica das organizações privadas em contribuir com o desenvolvimento global e desafios de sustentabilidade por meio do alcance dos ODS. De fato, o setor privado pode trazer à tona *expertise* e conhecimento, capacidades de gestão, recursos financeiros e alto apetite de risco para contribuir com este objetivo global (CASTELLANI et al, 2023, tradução nossa).

Em relação às PMEs, propriamente, os mesmos autores (CASTELLANI et al, 2023, tradução nossa) salientam que merecem ser (e vem sendo bem mais recentemente) investigadas em sua interação com os ODS e, por consequência, em sua inter-relação com a realização dos mesmos por duas razões principais:

As PMEs são particularmente interessantes de serem examinadas de uma perspectiva do alcance dos ODS por duas razões principais: (1) elas formam a base fundacional da maior parte das economias nacionais, representam 90% de todos os negócios e de 60 a 70% dos empregos pelo mundo, além de serem significativas em termos de quantidade; e (2) elas têm, enquanto entidades singulares, impacto econômico, social e ambiental limitado, mas seu impacto combinado pode exceder aquele de grandes empresas quando considerado de forma agregada.

Argumentamos, a respeito das PMEs, que a ideia de Responsabilidade *Espacial* Corporativa (Suwala; Hans-Hermann, 2020, grifo e tradução nossos) - muito mais do que a ideia convencional de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) - parece ser útil na compreensão de que mobilizar a estrutura dos ODS nas e através das PMEs - sobremaneira em seu impacto coletivo sobre uma dada realidade - é um esforço que não pode ser desvinculado das espacialidades nas quais essas empresas estão inseridas.

No que concerne à dimensão espacial da implementação dos ODS, todavia, esta parece estar quase que exclusivamente associada, desde uma abordagem onusiana, aos governos regionais e locais e às organizações da sociedade civil, sintetizada na noção de localização e recebendo importância na governança do DS pelo fato de "[...] os ODS não serem legalmente vinculantes [...]" (GUARINI; MORI; ZUFFADA, 2022, tradução nossa).

Oosterhof (2018, p.2) enfatiza os esforços gradativos na direção do local por parte da Agenda 2030, sobretudo desde o *High-Level Political Forum on Sustainable Development* de 2018, fazendo-o assumir a noção de "Localização ODS". Alguns autores, vale dizer, não enxergam tamanha centralidade nesse processo de traduzir em bases locais a Agenda 2030: "[...] A localização dos ODS tem estado pouco em foco. Nos casos em que

os níveis regionais e locais foram considerados, isso ocorre muito mais baseado em conceitos, com pouca ênfase sobre práticas locais" (KRANTZ; GUSTAFSSON, 2021, tradução nossa).

No que tange propriamente às PMEs, tanto o seu reconhecimento no nível local-espacial da Agenda 2030 quanto o de suas práticas locais de desenvolvimento sustentável parecem passar ao largo do debate sobre localização, incluindo a paisagem normativa da UE.

De acordo com a Recomendação 2003/361 da UE (online, grifo nosso, tradução nossa), a categoria abrangente de PMEs na qual estamos interessados pode ser decomposta da seguinte forma:

1. Na categoria de micro, pequenas e médias empresas (PMEs), uma média empresa é composta por empresas que empregam menos de 250 pessoas e têm um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros e/ou balanço total anual que não excede 43 milhões de euros.
2. Na categoria PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e tem um volume de negócios anual e/ou balanço total anual que não excede 10 milhões de euros.
3. Na categoria de PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e tem um volume de negócios anual e/ou balanço total anual que não excede 2 milhões de euros.

Ainda que as categorias pareçam facilmente reunidas em três subgrupos, os desafios de inseri-las neste mapa da Agenda 2030 são complexos, dada a ausência de ferramentas - globais e regionais - capazes de estimular a conscientização, a capacitação e a adaptação das PMEs aos desafios impostos pela Agenda 2030, bem como identificar o contexto heterogêneo desses mesmos atores privados de mercado.

Tanto a UE quanto a OCDE reconhecem esta diversidade, enquadrando-a. Enquanto a primeira sugere que as "[...] PMEs são muito diversas em seus modelos de negócios, tamanho, idade e perfil de empreendedores, e conta com um *pool* de talentos diversos de mulheres e homens" (EUROPEAN COMMISSION, 2020, tradução nossa), a OCDE, em publicação de um guia no âmbito da série *OECD* [Organization for Economic Cooperation and Development] *SME and Entrepreneurship Papers*, com vistas a compreender justamente a heterogeneidade das PMES e os desafios que ela impõe à adoção e implementação de políticas coerentes, destaca ainda a intensidade tecnológica, as ligações domésticas e internacionais, além de distintos comportamentos (buscar por reconhecimento ou desenvolver uma estratégia de atuação) e performances de impacto, que mirem em crescimento, inovação ou ainda em objetivos sociais (RAES, 2021).

Frente a este quadro introdutório, e com vistas a retomar o próprio sentido fundamental que o DS recebeu desde as atividades da *Brundtland Commission* (1987), a quem é "[...] amplamente creditado o conceito popularizado de desenvolvimento sustentável tal como foi introduzido no discurso de formulação de política internacional" (PURVIS; ROBINSON, 2019, tradução nossa), este artigo pretende, recuperando ainda o sentido estruturante que a divisão tripartite do desenvolvimento sustentável carrega

- também chamada de abordagem dos três pilares do DS: (a) o ambiental, (b) o social e (c) o econômico -, reivindicar atenção para outras duas dimensões: a institucional e a espacial⁵.

Seguindo o diagnóstico feito por Jabbari e Anvari (2017, grifo nosso, tradução nossa), ainda que estimulados por razões distintas das que movimentam o presente artigo, fica aqui metodologicamente demarcada a necessidade de avançar para os pilares institucional e espacial no debate sobre DS e implementação dos ODS quando se trata de debater o/um papel para as PMEs:

Durante a Conferência Nacional de Istambul de Avaliação de Capacidades [2017], ainda que tenhamos ouvido repetidas vezes sobre os três pilares da sustentabilidade, vale mencionar que o desenvolvimento sustentável requer dois pilares adicionais: **os pilares institucional e espacial**. Para os países em desenvolvimento, esses dois são mais importantes que os primeiros três [...].

Sabendo que a paisagem das PMEs tem sua importância reconhecida pela UE, bem como sua institucionalidade se movimenta através da Comissão Europeia para reduzir o peso/ônus regulatório e administrativo apontado como a sua maior dificuldade frente às legislações nacional e da UE, assim como as "[...] assimetrias relativas ao poder de barganha frente às grandes empresas expõem as PMEs a práticas e condições injustas de negócios" (EUROPEAN COMMISSION, 2023, p.183, tradução nossa), a Comissão sustenta a melhoria de um ambiente de negócios para as PMEs que esteja calcado no "[...] princípio do *think small first* [pensar no menor primeiro] na formulação de políticas [...]. Esta ferramenta auxilia a acessar os impactos sobre as PMEs com vistas a minimizar o ônus colocado sobre elas".

Anteriormente, em 2020, já se tinha *An SME Strategy for a sustainable and digital Europe*, comunicada pela Comissão Europeia (2020), que afirmava que "Os 25 milhões de empresas pequenas e médias na Europa são a espinha dorsal da economia da UE. Elas empregam cerca de 100 milhões de pessoas, perfazem mais da metade do PIB da Europa e desempenham um papel central em adicionar valor em cada setor da economia". A transição para uma economia verde e digital restou também demarcada no documento e as PMEs apareciam como *drivers* desta "[...] transição gêmea [...]" (COMISSÃO EUROPEIA, 2020, tradução nossa).

Diante da preocupação institucional europeia com as PMEs, chama a atenção que ao situar e decompor a abordagem da UE para a Agenda 2030 e os ODS especificamente, intitulada de *Policy Coherence for Sustainable Development* (PCSD), as PMEs não ocupem mais do que as suas adjacências.

Dessa forma e diante desta introdução, o presente artigo pretende dar justamente contornos a esta abordagem da UE em uma primeira seção para, em seguida, problematizar em que medida a lacuna quanto às PMEs é um espelhamento do que se percebe ausente também na estratégia global de localização dos ODS. Nesta seção segunda do artigo, ao lançar mão da importância contextual-espacial das PMEs, argumenta-se que uma visão expandida da localização poderia inserir as PMEs - seja como *stakeholders*

⁵ Tal atenção fica expressa, respectivamente, nas seções 1 e 2 deste artigo e aparece fundida na terceira e última seção apresentada.

estratégicos para a Agenda 2030 seja pelas institucionalidades espacialmente criadas através de seus entrelaçamentos -, em seu raio de ação.

Em sua última seção o artigo analisa que, mesmo que não pela abordagem disponível para a agenda ODS, mas pela identificação de práticas sobretudo de ações coletivas das PMEs - por vezes pulverizadas -, elas cumprem um papel importante no ciclo de vida da agenda em questão. Principalmente através de estratégias de colaboração, em particular apoiadas pelo conceito de rede, abre-se uma agenda de pesquisa importante e que situa as PMEs na viabilização e implementação dos ODS.

Percebendo a adequação dos ODS às especificidades e contextos das PMEs que atuam em determinadas geografias e setores econômicos, ativando, assim, a sua Responsabilidade Espacial, percebe-se que as empresas deste perfil são levadas a “[...] pensar além de suas estratégias individuais [...] permitindo que abordem coletivamente os desafios comuns específicos do setor” (JIMÉNEZ, CUESTA-GONZÁLEZ; BORONAT-NAVARRO, 2021, tradução nossa).

1. A ABORDAGEM DA UE PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM (NÃO) LUGAR PARA AS PMES?

Antes mesmo da Agenda 2030 buscar avançar conjunta e globalmente nesta direção, o DS já ocupava o centro das atividades de formulação de políticas da UE e estes objetivos “[...] apoiavam a implementação de projetos, políticas setoriais e iniciativas estratégicas” (BIEKŠA et al, 2022, p.5, tradução nossa).

Desse modo, uma *EU Sustainable Development Strategy* data de 2001 e reunia críticas por se tratar de uma estratégia que pecava pela ausência de um “[...] domínio europeu e de mecanismo de governança para a implementação” (GREGERSEN; MACKIE; TORRES, 2016, p.8, tradução nossa).

Estes mesmos autores, Gregersen, Mackie e Torres (2016), apresentam nesse resgate da abordagem da UE para o DS a *Policy Coherence for Development* (PCD). Ela já aparecia como ideia nos trabalhos da Comunidade Europeia e depois se sedimentou através do *Treaty on the Functioning of the European Union* (TFEU), de 2009, sob o guarda-chuva da cooperação com países terceiros e ajuda humanitária, inserida no capítulo de política de cooperação para o desenvolvimento.

Em linhas mais gerais, ainda que não haja uma definição esmiuçada e sem ruídos da PCD (ZEIGERMANN, 2018), para fins deste artigo assumimos que:

A coerência de política pode ser definida como o processo pelo qual formuladores de política desenham um conjunto de políticas de tal modo que, se implementadas de modo adequado, elas possam potencialmente atingir um objetivo maior. Focamos em uma coerência de política aprimorada frente ao contexto de buscar realizar o desenvolvimento sustentável (AHLSTRÖM; SJÅFJELL, 2023, p.272, tradução nossa).

Importante enraizamento duplo pode ser notado. No que concerne a seu enraizamento na institucionalidade da OCDE, e tendo sido elaborada por países classificados como doadores, destaca-se que as bases do PCD estavam assentadas na necessidade de que as políticas que fossem além da ajuda em áreas específicas pudessem contribuir com a redução da pobreza em países subdesenvolvidos.

A denominada “[...] lógica universal dos ODS [...]” passaria, todavia, a exigir maior abrangência do PCSD (GREGERSEN; MACKIE; TORRES, 2016, p.16, tradução nossa). Zeigermann (2018), por exemplo, argumenta que ocorre uma tradução na chave da governança para o DS das formas e sentidos que a PCD tinha para a OCDE e a UE.

No que diz respeito ao seu enraizamento mais remoto no nível europeu, a busca pela *policy coherence* estava em diálogo com uma abordagem denominada de “*whole-of-government approach*”⁶. Podemos definir esta noção, que se mantém atual também para a oferta de institucionalidade da UE para a Agenda 2030, como “[...] um termo hierárquico para um grupo de respostas para o problema do aumento da fragmentação do setor público e dos serviços públicos, e um desejo de aumentar a integração, a coordenação e a capacidade (LING Apud COLGAN; KENNEDY; DOHERTY, 2014, tradução nossa).

Estes mesmos autores explicitam a racionalidade que estava por trás dessa abordagem na atuação de diferentes Estados na área de políticas públicas, incluindo alguns europeus: “A racionalidade do trabalho envolvido na abordagem do *whole-of-government* se relaciona com eliminar os gargalos, ou os departamentos que trabalham de forma isolada uns dos outros [...]” (COLGAN; KENNEDY; DOHERTY, 2014, tradução nossa).

Na prática, a transição da PCD para a PCSD se estabelece na medida em que os “ODS são a maior agenda para o desenvolvimento sustentável para 2030 e a principal corporificação do desenvolvimento sustentável” (BIEKŠA et al, 2022, p.5). A partir do PCSD, a coerência de políticas passa a guardar relação com as ligações críticas entre os 17 Objetivos (CÁZAREZ-GRAGEDA, 2019) e o envolvimento dos governos, em seus distintos níveis, e de outros *stakeholders*, de diferentes naturezas, na fertilização cruzada de objetivos.

Trata-se de somar uma *whole-of-government approach* com uma *whole-of-society approach*, assumindo que esta última coincide com uma abordagem *multistakeholder* significativa e ética⁷, de acordo com Cázarez-Grageda (2018). Para Oosterhof (2018, p.10, tradução nossa), entretanto, parece que a própria *whole-of-government approach* exigiria “[...] trazer atores relevantes para, por exemplo, consultas participativas, coordenação e processos de implementação”, que não só os governamentais.

A esse respeito também vale apontar que a coerência que se busca através do PCSD adiciona a uma camada horizontal, já presente na PCD, uma camada de coerência vertical, isto é, entre os diferentes níveis de tomada de decisão: “Esta abordagem para o PCSD traz a coerência vertical atravessando os níveis nacional, regional e

⁶ Ainda que tenhamos optado por manter no original, uma tradução apontaria para uma abordagem da totalidade do governo. Em outras palavras, a articulação de todos os setores e níveis de governo.

⁷ O termo *meaningful*, empregado originalmente por Cázarez-Grageda (2018), foi aqui decomposto por significativo e ético com vistas a se aproximar de seu sentido mais denso.

internacional com muito mais força do que a clássica abordagem do PCD que enfatizava uma coerência horizontal (GREGERSEN; MACKIE; TORRES, 2016, p.16, tradução nossa).

Outrossim, a Agenda 2030 sugere a possibilidade de revigorar a abordagem vigente da PCD, estendendo a ela novos vínculos institucionais, inclusive, bem como a

[...] oportunidade para a PCD de emergir das dificuldades experimentadas dentro da UE e da OCDE, desempenhando um papel no controle de esforços em direção tanto dos objetivos de desenvolvimento globais quanto dos viabilizadores do desenvolvimento. Monitorar e revisar o progresso da PCSD serão, entretanto, enfrentados com a tradução da complexidade conceitual do PCSD em (um conjunto de) mecanismos operacionais que estarão vigentes em um contexto de formulação de políticas e tomada de decisão complexos (GREGERSEN; MACKIE; TORRES, 2016, p.25).

Zeigermann (2018) oferece tanto uma concepção de PCSD negativa quanto uma positiva. Em outras palavras, trata-se, respectivamente, de evitar incoerências entre políticas setoriais diferentes e garantir sinergias que transformem a própria PCSD e a promoção do desenvolvimento sustentável em um objetivo de *policy* superior. Mesmo não havendo uma definição consensual, a PCSD “[...] estipula que políticas de cooperação internacional e todas as outras áreas de políticas públicas afetando os países pobres deveriam contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza” (ZEIGERMANN, 2018, tradução nossa).

Como meio de implementar os ODS, a PCSD corresponde à meta 17.14 do Objetivo 17. Reforçando a dimensão interconectada dos objetivos, assim como a necessidade de uma articulação *multistakeholder* para sua realização, esta formulação também se vincula a uma expectativa e a um compromisso ético-político que perpassa a agenda, expresso no slogan “*leaving no one behind*” (traduzido aqui como não deixar ninguém para trás) (OOSTERHOF, 2018, p.2) e que tem movimentado esforços quanto à sua operacionalização⁸.

No bojo do *European Consensus on Development*, de 2017, como parte das respostas à Agenda 2030 para o DS, a UE recoloca como prioridade a erradicação da pobreza e salienta que, com vistas à implementação, o Consenso previa somar ajuda com outros recursos, avançar no desenho de parcerias entre distintos *stakeholders* e a própria re-pactuação com a PCD (EUROPEAN COMMISSION, online).

A força da UE enquanto ator global revela que os elementos intra e extra-europeus são níveis indissociáveis da produção, manutenção e obstaculização desta capacidade de agir (MARCONI et al, 2023, p.7):

A UE tem consistentemente se engajado nas negociações para um quadro institucional de desenvolvimento global e crê que tem desempenhado um

⁸ Cf. trabalho elaborado pela UNSDGS. Operationalizing leaving no one behind. 2022. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2022-04/Operationalizing%20LNOB%20-%20final%20with%20Annexes%20090422.pdf>. Último acesso em 04 de abril de 2023.

papel importante e construtivo nesses processos - há uma expectativa, assim, de que a UE deveria desempenhar um papel de liderança quanto à implementação dos ODS. Será importante para a UE dar uma resposta de implementação forte para os ODS (GREGERSEN; MACKIE; TORRES, 2016, p.7, tradução nossa).

Por essa razão, estabelecer e manter a sua capacidade de ator para o DS frente à Agenda 2030 e colocando para si, para a região e para atores externos desafios bem mais ambiciosos, tal como o atingimento da neutralidade climática até 2050 (EUROPEAN CLIMATE LAW, online), exigiu movimentações estratégicas de sua parte. Alguns destaques são aqui feitos.

Um deles coincide com o pacote de políticas estabelecido pelo *EU Green Deal* (2020) e que teve sua forma jurídica desenhada pela Comissão Europeia e empreendida pela sua presidente, Ursula von der Leyen, tendo sido “[...] concebido e implementado como uma agenda doméstica que responde às necessidades políticas dentro da Europa” (CHARVERIAT, 2023). Quanto à sua emergência, ela é atribuída, por exemplo, à

[...] falta de iniciativas reais e suficientes de DS. A extração anual global de materiais triplicou de 1970 a 2017; a Europa contribui com cerca de metade das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) [...]. A indústria da UE representa 20% das emissões de GEE da UE, sobretudo porque segue demasiado linear, e apenas 12% dos materiais usados advêm da reciclagem (BIEKŠA et al, 2022, p.4, tradução nossa).

Pouco tempo depois, em dezembro de 2021, a UE lançou a estratégia bilionária de desenvolvimento de infraestrutura nas diferentes regiões do mundo denominada *Global Gateway*, destacando que estava “[...] também alinhada por completo com a Agenda 2030 da ONU e seus ODS, assim com ao Pacto de Paris” (EUROPEAN COMMISSION, online, tradução nossa).

No primeiro semestre de 2023, a UE publica a sua primeira Revisão Voluntária dos ODS: *EU Voluntary Review on the Implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Seu movimento ao mesmo tempo reforça os limites dos resultados de progresso da agenda em nível global e reitera a posição de pedra angular do DS em sua estrutura e funcionamento institucionais. Através desse mesmo movimento, a UE destaca que as revisões nacionais feitas por todos os seus 27 Estados Membros estavam em dia (EU VOLUNTARY REVIEW, 2023).

Mesmo que Cázarez-Grageda (2018) aponte que uma abordagem *multistakeholder* seja central para garantir a implementação, a revisão periódica e o acompanhamento mais amplo da Agenda 2030, o que exigiria estratégias de engajamento também das empresas, a soma das abordagens aqui mencionadas, e que não foram originalmente desenvolvidas para os ODS por parte da UE (e de outras instituições internacionais), não parecem incidir de forma direta ou mesmo viabilizar meios para a inclusão dos atores privados de forma ampla e para as PMEs de modo mais detido na Agenda 2030.

Tendo feito um panorama da abordagem da UE nesta seção e acompanhando um dos modos como esses *stakeholders* poderiam ser envolvidos, restaria ainda a

possibilidade de que a "[...] participação do setor privado possa ser direcionada por uma abordagem *top-down*. Isto se dá quando o governo implementa políticas que encorajam as empresas a participarem no processo de revisão da Agenda 2030" (CÁZAREZ-GRAGEDA, 2018, tradução nossa). Ainda assim, dificilmente tais políticas, por pressuporem certa uniformidade das empresas, recairiam sobre as PMEs, objeto da preocupação deste artigo.

2. LOCALIZAÇÃO, TERRITORIALIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DA AGENDA ODS: A IMPORTÂNCIA ESPACIAL DAS PMES

Um dos desafios que acompanha a Agenda 2030 guarda relação direta com a sua implementação. Em nível global, a Agenda 2030 para o DS enfatiza a interconexão dos pilares econômico, social e ambiental. Uma vez incorporada nas estruturas da governança global, a Agenda 2030 repercute em esforços mais ou menos coordenados e na mobilização de recursos para implementar os ODS em escala global.

Na esfera regional europeia, tal como vimos na seção imediatamente anterior, o empreendedorismo normativo da UE não parece ser de inovação, mas sim o de reunir estratégias previamente mobilizadas para outras agendas na direção da realização da Agenda ODS, em um esforço que parece ser mais o de um *patchwork* normativo: ou seja, da associação de diferentes instrumentos. No entanto, também como apontado anteriormente, a UE publica em maio de 2023 a sua primeira Revisão Voluntária dos ODS: *EU Voluntary Review on the Implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development*, ao mesmo tempo reforçando os limites dos resultados de progresso da agenda em nível global e reiterando a posição de pedra angular do DS em sua estrutura e funcionamento. Ademais, a realização de revisões nacionais feitas por todos os seus 27 Estados Membros é também destacada (EU VOLUNTARY REVIEW, 2023).

Vale dizer que são as estratégias nacionais que têm sido o *locus* prioritário da implementação dos ODS, redundando nos esforços dos Estados Membros de desenharem os seus processos de Revisão Nacional Voluntária (RNV)⁹. Realizar o que se concebe como o "*SDG mainstreaming*" no quadro das políticas nacionais dos distintos países tem sido um desafio¹⁰:

Noventa e um por cento dos países que submeteram Revisões Nacionais Voluntárias em 2018 assumiram o mapeamento dos ODS e alinhamento de suas estruturas e políticas nacionais [...]. Transversalizar os ODS em planos de desenvolvimento e setoriais é uma tendência comum para os países em todas as regiões — com a exceção do Norte da Europa e da Europa Ocidental, que acabaram por desenvolver novos planos para especificamente endereçar os ODS (OKITASARI et al, 2019, tradução nossa).

⁹ Tradução para o português de *Voluntary National Reviews* (VNRs).

¹⁰ Acerca deste desafio, faz-se inevitável destacar quanto à Política Nacional de incorporação da Agenda 2030 no Brasil, por exemplo, que a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS), estabelecida em 2016 pelo Decreto n. 8.892, e que se comportava como institucionalidade de governança nacional central, foi extinta em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, através do Decreto n. 9.759. Ver maiores detalhes na nota assinada pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (online).

A importância da implementação da Agenda demandou, através de uma perspectiva de governança multinível (OOSTERHOF, 2018), a ativação de um nível mais local. Assim, a ideia de localização, territorialização e, portanto, espacialização micro da agenda passou a ser também importante na garantia de que as metas dialogassem com e nos diferentes contextos. Isso envolve a adaptação das metas aos desafios, às prioridades e às capacidades específicas das regiões, dos países, das empresas, das comunidades (TREMBLAY et al., 2021).

No local, os governos municipais e das regiões - que aqui no Brasil tratamos por estados - e outros *stakeholders* - sobremaneira os ligados à sociedade civil - desempenham um papel fundamental na definição, implementação e monitoramento de estratégias para alcançar os ODS (TREMBLAY et al., 2021). A avaliação do progresso em direção às metas dos ODS requer, assim, conhecimento do contexto local e dos desafios e oportunidades específicos relacionados a cada meta (BHADURI et al., 2016). O desenvolvimento de indicadores e estruturas de avaliação específicos para os governos locais pode ajudar no monitoramento do progresso e na identificação de áreas que requerem melhoria (KOH et al., 2021).

Um movimento consistente em direção à localização, territorialização e espacialização da agenda global dos ODS pode ser claramente identificado em diferentes abordagens de instituições internacionais para a agenda de desenvolvimento, como na Organização das Nações Unidas (ONU) ou na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e na mobilização de governos subnacionais por meio de esforços em rede, tal como o trabalho da Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) no fomento e apoio à ação local para alcançar a Agenda 2030 ou ainda a iniciativa onusiana chamada de *Local 2030*, que "[...] apoia os líderes locais na incubação e no compartilhamento de soluções de forma colaborativa, desbloqueando gargalos e implementando estratégias que promovam os ODS em nível local [...]"

No nível da UE, a iniciativa de localização dos ODS reforça a necessidade de se atingir metas globais pela via subnacional, centrando-se em múltiplos níveis, *stakeholders* e espaços geográficos. Há também o reconhecimento da necessidade de se implementar mecanismos de monitoramento, por meio "[...] de um quadro sólido e robusto de indicadores, possivelmente harmonizado a nível da UE" (URBAN DATA PLATFORM PLUS, online). No entanto, esse quadro europeu robusto, capaz de localizar os ODS, ainda não se concretizou. Mesmo que esforços como o *REGIONS2030* se destaquem, sendo implementado em dez regiões pilotos da Europa, sob o guarda-chuva institucional de um Departamento Regional Urbano, que fornece aos governos e *stakeholders* apoio para implementação dos ODS e para a elaboração de Revisões Locais Voluntárias (RLV) dos ODS (URBAN DATA PLATFORM PLUS, online), a UE reconhece que se trata de um caminho em construção.

Esse movimento ganhou impulso com a crise do Coronavírus, pois houve uma urgência ainda maior por respostas políticas em nível municipal e comunitário para enfrentar os desafios do desenvolvimento. As várias maneiras pelas quais esse fenômeno global mudou o funcionamento da vida em suas dinâmicas e processos urbanos diários obrigaram a uma conexão espacial mais evidente para as normas globais.

A Agenda 2030 e seu risco de não ser cumprida têm exigido de diferentes atores sociais, políticos e econômicos o redesenho de suas rotinas e a localização de seus esforços:

A localização fortalece a conscientização local sobre a agenda e pode promover iniciativas baseadas nas necessidades e na apropriação pela comunidade local, inclusive para grupos historicamente marginalizados. Ela tem o potencial de vincular compromissos globais e locais ao desenvolvimento sustentável e promover novas formas de colaboração (WAYNE-NIXON et al., 2019, p.3, tradução nossa).

Para além dos governos, a implementação dos ODS pelas empresas também envolve uma articulação das dimensões global-local. Em nível global, a iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas incentiva as empresas a incorporar os relatórios dos ODS em seus processos existentes, capacitando-as, sobretudo por meio do *SDG Compass* (ROSATI; FARIA, 2019). Trata-se de normativa definida por Sanchez et al (2020, tradução nossa) como "[...] uma abordagem holística para promover a formulação, implementação e comunicação das estratégias de negócios relacionadas aos ODS" (SANCHEZ et al, 2020).

O ciclo do *SDG Compass* (online) compreende cinco etapas dirigidas às empresas: (i) compreensão dos ODS; (ii) definição de prioridades; (iii) estabelecimento de metas; (iv) integração; (v) relatório e comunicação. Baseia-se, desse modo, no reconhecimento da responsabilidade das empresas de cumprir a legislação pertinente, respeitar os padrões internacionais e endereçar todos os impactos negativos sobre os direitos humanos causados pelas atividades de negócios, mas não oferece uma adaptação para as PMEs.

Quanto ao Pacto Global propriamente, a sua estrutura global ganha capilaridade nacional com suas redes locais posicionadas em diferentes países¹¹, oferecendo através de seu sistema de adesão voluntária às empresas uma linguagem potencialmente comum e um conjunto de metas para que esses atores também alinhem suas estratégias e operações com o DS. Não há, todavia, uma iniciativa universal que coloque as PMEs no centro de sua atuação.

Para este artigo, a implementação dos ODS pelas empresas também exige localização para se adaptar aos contextos e prioridades locais. Scheyvens et al (2016) argumentam que as empresas precisam ir além do "*business as usual*" e adotar abordagens inovadoras para lidar com os ODS, o que é especialmente desafiador para as PMEs. Isso envolve considerar os desafios e as oportunidades específicas em diferentes regiões e países e adaptar as estratégias de acordo com eles. Nesse sentido, o engajamento de PMEs também é crucial para a realização dos ODS (DALTON, 2020).

¹¹ De acordo com o Pacto Global, a Europa se traduz como uma região chave de seus esforços: "The UN Global Compact has a strong foothold in Europe with the highest total number of UN Global Compact participants and more than 30 Local Networks. As a result, the number of COP (Communication of Progress) submissions is also highest in Europe" (UN GLOBAL COMPACT, online).

Baumann-Pauly et al (2013) destacam a importância de considerar o tamanho e os recursos das PMEs ao organizar e implementar iniciativas de RSC. Além disso, ferramentas de gestão da sustentabilidade para apoiar as PMEs em seus esforços de sustentabilidade precisam ser desenvolvidas de modo a fornecer orientação prática e estruturas para que as PMEs integrem práticas de sustentabilidade em suas operações (JOHNSON & SCHALTEGGER, 2015).

As interações entre pressões, barreiras e benefícios influenciam a adoção de práticas de sustentabilidade pelas PMEs (CANTELE; ZARDINI, 2019). Dado os desafios impostos às PMEs, localizar os ODS é crucial para que elas possam contribuir efetivamente para a Agenda 2030, o que envolve considerar os contextos locais específicos, os desafios e as oportunidades (MALEKPOUR et al, 2020) de incorporar os ODS em ações, programas e políticas de RSC – assumindo aqui o “S” seu sentido mais espacial.

Uma abordagem não apenas especializada, mas também multidimensional, que vá além das considerações econômicas e englobe as dimensões sociais e ambientais (STERLING et al., 2020), precisa ser contemplada ao se considerar a inclusão de PMEs em um contexto já desafiador para grandes corporações: “[...] os ODS e o *SDG Compass* não são suficientemente acionáveis para as empresas. Eles carecem de materialidade e estão muito distantes da operação diária dos negócios” (VERBOVEN E VANHERCK, 2016, p.176).

Apesar de um reconhecimento da importância das PMEs na realização dos ODS, há uma falta de ferramentas práticas e recursos especificamente adaptados às suas necessidades. Johnson e Schaltegger (2015) discutem a disponibilidade e a adoção limitadas de ferramentas de gestão da sustentabilidade pelas PMEs. Essa falta de ferramentas prejudica sua capacidade de integrar práticas de sustentabilidade em suas operações e medir seu progresso em direção aos ODS. A ausência de ferramentas práticas e acionáveis para vincular os ODS aos processos de negócios das PMEs também é observada por Jiménez, Cuesta-González e Boronat-Navarro (2021). Além disso, a integração limitada das PMEs nas práticas de RSC e a implementação seletiva dos ODS são identificadas por Lu et al. (2020).

Na ausência de instrumentos *top-down* globais e regionais, as empresas acabam por empreender seus próprios meios de atingimento dos ODS, por meio de estratégias de autorregulação especializadas e isto parece se aplicar sobretudo às PMEs. Como sugerem Verboven e Vanherck (2016, p.173), “[...] faz sentido que cada PME conduza sua própria lição de casa para estabelecer como as oportunidades se vinculam ao seu próprio modelo e contexto de negócios”.

Nesse sentido, Nygaard, Kokholm e Huulgaard (2022, tradução nossa) sinalizam que o nível de engajamento com a Agenda 2030 nas organizações, incluindo as PMEs, assume diversas configurações: “[...] dependendo do objetivo individual da empresa de introduzir os ODS, ela terá resultados diferentes”.

Os autores categorizam o engajamento em cinco abordagens, ranqueadas de 1 a 5, de menor para maior intensidade na incorporação dos ODS, bem como nos respectivos benefícios para a empresa e contribuição para o alcance da Agenda 2030. São elas: 1. *Rainbow washing*; 2. *Apoiando o “business as usual”*; 3. *Adicionando novas*

iniciativas/estratégias; 4. Filantropia; 5. Uso estratégico no “core business”. Essa categorização “[...] é uma versão simplificada de uma realidade mais complexa” (NYGAARD; KOKHOLM; HUULGAARD, 2022, tradução nossa), que implica na possibilidade de a empresa trabalhar com diferentes abordagens ou mesmo alterná-las de acordo com as atividades em questão.

Lançando mão de uma adaptação da proposta original dos autores, podemos pensar nessas categorias destacadas enquanto um *continuum* de engajamento das PMEs rumo à localização, territorialização e espacialização dos ODS, conforme esquema abaixo:

Imagem 1 - Abordagens que as PMEs podem adotar para incorporar medidas rumo à localização, territorialização e espacialização dos ODS



Fonte: Adaptado pelos autores com base em Nygaard, Kokholm e Huulgaard (2022)

As duas primeiras abordagens - *Rainbow washing* e *Apoiando o “business as usual”*; - indicam uma fragilidade em sua correlação e contribuição com os ODS, atendendo majoritariamente os anseios de comunicação e reputação da empresa, o que representa um primeiro estágio de engajamento das empresas com os ODS. Nestes estágios iniciais, não há implementação efetiva dos ODS e, portanto, nenhum esforço de localização, territorialização e espacialização da Agenda ODS é empreendido.

Por outro lado, as abordagens do nível 3 e 4 - *Adicionando novas iniciativas/estratégias* e *Filantropia* -, compreendem um segundo estágio de engajamento e traduzem maior proatividade na incorporação dos ODS. Neste estágio mais intermediário, uma melhoria ou ajuste do negócio habitual, com mudanças reais baseadas nos ODS, pode

ser empreendida. Esforços de localização, territorialização e espacialização da Agenda ODS podem ser aplicados para obtenção e/ou maximização dos resultados desejados

Por fim, em seu último nível, equivalente a um último estágio de engajamento - *uso estratégico no "core business"* - ações estratégicas e de longo prazo, com metas qualitativas para monitorar o esforço e o progresso são implementadas. As ações estratégicas sugerem uma atribuição de espacialidade pelo potencial de contemplarem iniciativas de RSC, em maior ou menor escala, em âmbito local.

Pensar em um *continuum* nos parece particularmente relevante para se pensar não apenas em níveis de engajamento das PMEs com os ODS, mas também de certa dificuldade para se chegar a estágios mais avançados de engajamento, impostos particularmente a essas empresas.

Quando nos voltamos para as PMEs, os desafios são maiores e ainda mais complexos, pois ainda não existe uma ferramenta contextualizada capaz de criar conscientização, capacitação e adaptação dos desafios impostos pela Agenda 2030 aos contextos heterogêneos das PMEs. Compreender e mobilizar a estrutura dos ODS nas PMEs é um esforço que não pode ser desvinculado das espacialidades nas quais essas empresas estão inseridas e são constitutivas.

A compreensão das PMEs sobre seu próprio contexto pode estimular um movimento externo de estratégia de RSC e impacto concreto. Isso pode estimular um contato de baixo para cima com normas globais, como a Agenda 2030, enfatizando a preocupação com sua territorialização desde o início e a menor dependência de uma tradução única de normas, projetadas e direcionadas para grandes corporações e não para PMEs.

3. O ENGAJAMENTO DAS PMEs COM A AGENDA 2030 NO CONTEXTO EUROPEU: MENOS PELA ABORDAGEM E MAIS PELAS PRÁTICAS

Algumas iniciativas despontam em geografias diferentes da Europa, aparentemente esparsas, não sistêmicas, com vistas a estimular a adesão e a contribuição das PMEs com a Agenda 2030. Entre elas, vale mencionar a proposta da *Global Compact Network UK* (online), com uma seção no website dedicada para PMEs, intitulada *Environmental Sustainability for SMEs*, que inclui 11 workshops online para capacitação das empresas participantes da rede.

Outro exemplo interessante é o documento orientador desenvolvido pelo *Pacto Mundial Red España*, chamado *Guía para PYMES ante los Objetivos de Desarrollo Sostenible* (2019), que está disponível para acesso online e reúne um vasto campo de informações sobre a estrutura dos ODS, benefícios para os negócios, prioridades por setor, processo de implementação e reporte, aspectos legais, captação de recursos, exemplos e boas práticas.

Apesar das práticas listadas acima somarem esforços para ampliar o alcance da Agenda 2030, subsiste a reflexão sobre a sua efetividade, ou seja, em que medida são capazes de considerar as principais dificuldades enfrentadas pelas PMEs na adesão e colaboração com os ODS. Ampliando o entendimento sobre essas dificuldades, os autores Nygaard, Kokholm e Huulgaard (2022), a partir de um estudo de caso conduzido

em *Northern Jutland*, Dinamarca, identificam os principais fatores positivos e negativos determinantes para que as PMEs adotem um nível de incorporação dos ODS mais ou menos abrangente.

Dentre os fatores positivos – que encorajam a adesão das empresas – aqueles que mais se destacaram foram comunicação (marketing e marca, interna e externamente) e interação (com diferentes entes públicos, como municipalidades e fundos da EU), talvez porque, segundo os pesquisadores, a maioria das empresas consultadas ainda não tivesse experimentado os benefícios de incorporar os ODS de maneira mais intensa e proativa.

Entre os fatores negativos mapeados e que representam potenciais barreiras nessa direção, os três mais importantes são: 1. falta de recursos (principalmente conhecimento sobre benefícios e criação de valor); 2. formulações abrangentes e globais (dificuldade de escolher os ODS e as ferramentas); 3. falta de diretrizes e modelo (falta de tradução para o contexto das PMEs). Apresentando conclusões similares, estudos realizados com PMEs tanto na Alemanha quanto na Polônia apontam como principais dificuldades para a implementação dos ODS a falta de recursos financeiros, o tempo, lacunas de conhecimento, ausência de equipe qualificada e de soluções consultivas dedicadas especialmente para PMEs (SONNTAG; LEWIS; RASZKOWSKI, 2022).

Os fatores negativos sugerem que as PMEs não podem trilhar essa jornada individualmente, mas sim a partir de um paradigma focado na colaboração em vários níveis e com diversos *stakeholders*, que podem contribuir com orientações, perspectivas e até mesmo recursos (NYGAARD; KOKHOLM; HUULGAARD, 2022). Em razão de sua posição estratégica, as associações setoriais poderiam: [...] reunir os diferentes *stakeholders* em uma rede de indústria para identificar e estabelecer como um setor em conjunto pode contribuir para o alcance dos ODS por meio da colaboração e *co-design*” (NYGAARD; KOKHOLM; HUULGAARD, 2022, tradução nossa).

A partir dessa premissa de colaboração, em particular apoiada pela ideia de atuação em redes setoriais, a abordagem denominada de *cluster* emerge como um modelo a ser considerado para a implementação dos ODS frente às características e temas relevantes das PMEs que atuam em determinados contextos espacial-geográficos e setores econômicos, “[...] levando-as a pensar além de suas estratégias individuais [...] permitindo que abordem coletivamente os desafios comuns específicos do setor” (JIMÉNEZ, CUESTA-GONZÁLEZ e BORONAT-NAVARRO, 2021, tradução nossa).

3.1 Práticas colaborativas como uma resposta para/das PMEs

Conforme descrevem Jiménez, Cuesta-González e Boronat-Navarro (2021), os *clusters* podem ser definidos como grupo de empresas interconectadas geograficamente, que atuam a partir de um campo de interesse comum. Segundo os autores, esse modelo de organização vem sendo incentivado pela Comissão Europeia para fortalecer a competitividade das PMEs, que se beneficiam da dinâmica de cooperação para alavancar a inovação e o crescimento, assim como para definir estratégias para o desenvolvimento sustentável.

O *Cluster Management Organization* (CMO) desponta como um conceito de cluster mais estruturado, com equipe permanente, recursos financeiros e instalações próprias, com a possibilidade de identificar e endereçar coletivamente os desafios de sustentabilidade comuns ao setor:

[...] recomenda-se um modelo de rede baseado em *cluster* para promover o desenvolvimento sustentável e disseminar a estrutura dos ODS em um setor específico, no qual o CMO desempenha um papel fundamental na melhoria da conscientização geral dos temas sociais e ambientais, e na difusão da estrutura dos ODS entre as PMEs". (JIMÉNEZ; CUESTA-GONZÁLEZ; BORONAT-NAVARRO, 2021, tradução nossa).

O conceito de *cluster*, mais precisamente CMO, permite às PMEs “[...] compartilhar suas experiências de gestão de sustentabilidade e suas melhoras práticas, [...] trabalhar em estreita colaboração para identificar oportunidades de cooperação a fim de cumprir corretamente os ODS” (JIMÉNEZ; CUESTA-GONZÁLEZ; BORONAT-NAVARRO, 2021, tradução nossa), em especial favorecendo o desenvolvimento de ferramentas que reflitam suas especificidades e materialidades.

Com base em estudo de caso desenvolvido pelos pesquisadores Jiménez, Cuesta-González e Boronat-Navarro (2021) com o CMO Habic, no País Basco, Espanha, confirmou-se a relevância do papel do *cluster* como espaço e instrumento de articulação, culminando com o desenvolvimento de uma ferramenta online customizada – Lehi-ODS – para gestão de sustentabilidade, estimulando o engajamento e a incorporação dos ODS pelas PMEs associadas.

O CMO Habic foi constituído em 2010 por iniciativa de empresas locais do setor moveleiro, com incentivo do Governo Basco, reunindo 102 empresas, sendo 97% delas PMEs. A ferramenta de autoavaliação Lehi-ODS foi construída a partir de uma abordagem de cooperação, envolvendo os pesquisadores, o grupo de trabalho “ODS e Sustentabilidade” já estabelecido no CMO e representantes das empresas associadas. A proposta teve como premissa a tradução da estrutura dos ODS para o setor moveleiro, utilizando uma linguagem de fácil compreensão para as PMEs e focando nos seus temas materiais, com a ambição de harmonizar a perspectiva holística da Agenda 2030 com as especificidades das PMEs. A ferramenta tinha como objetivo: “1. facilitar a transição das PMEs em direção à Agenda 2030, provendo uma visão geral sobre a estrutura dos ODS e a respectiva contribuição atual da empresa; 2. sugerir iniciativas para apoiar as PMEs a entregarem os ODS” (JIMÉNEZ; CUESTA-GONZÁLEZ; BORONAT-NAVARRO, 2021, tradução nossa).

Organizado como um mecanismo de autoavaliação, a ferramenta online reuniu 52 perguntas fechadas, separadas em categorias que espelhavam a estrutura funcional das empresas, correlacionando-as com os ODS: 1. Categoria Pessoas (funcionários); 2. Categoria Processos de Produção; 3. Categoria Clientes e Fornecedores; 4. Categoria Comunidade (Social). A autoavaliação contou com uma versão simples (5 minutos) e uma versão longa (25 minutos), que deveria ser respondida por um gestor com visão ampla da organização. Como resultado, a ferramenta gerava um relatório classificando a empresa de acordo com seu nível de alinhamento com os ODS, ao mesmo tempo, permitindo o *benchmarking* com os dados consolidados do setor. A classificação das empresas seguia três níveis: Fortemente Alinhada (nível 3), sinalizando bom desempenho;

Alinhada (nível 2), indicando que a empresa estava no caminho certo; Desalinhada (nível 1), reforçando a necessidade de ações proativas.

A abordagem de *cluster* parece ter sido central na formulação da ferramenta e sua aplicabilidade, contribuindo diretamente para atribuir significados específicos para os ODS, que fossem relevantes para as PMEs, sendo o CMO responsável também pela difusão do uso da ferramenta e o consequente estabelecimento de *benchmarking* no setor. A ferramenta Lehi-ODS pode se configurar como “[...] o primeiro passo para o desenvolvimento subsequente da estrutura de relatórios de sustentabilidade nos padrões GRI e de uma metodologia unificada para impulsionar as empresas a relatar os ODS de forma comparável e eficaz” (Jiménez, Cuesta-González e Boronat-Navarro, 2021, tradução nossa).

Extrapolando o conceito de *cluster*, mas preservando o princípio da colaboração, a construção de parcerias e alianças estratégicas com múltiplos *stakeholders* ao longo da cadeia de valor desponta como mais uma prática para apoiar as PMEs em sua contribuição com os ODS (CASTELLANI et al, 2023). O estudo de caso com a empresa Wrad, estabelecida na Itália, apresenta argumentos nessa direção, em especial na indústria da moda, sob forte pressão pelo seu impacto socioambiental.

Os autores Castellani et al (2023) defendem que o sucesso ou o fracasso dessa abordagem baseada em sinergias depende do perfil e da performance dos parceiros-chave, na medida em que cumprem determinadas características representadas nas dimensões e subdimensões das esferas econômica, ambiental, social e propósito, conforme resumido abaixo:

1. Econômica: utilidade, nível técnico, rentabilidade;
2. Ambiental: eficiência energética e no consumo de recursos, geração de poluição, sistema de gestão ambiental incluindo equipamentos e instalações;
3. Social: saúde pública, engajamento dos funcionários, reputação da marca, influência nas comunidades locais;
4. Propósito: conscientização, orientação e cultura voltadas à sustentabilidade, aprendizagem organizacional, liderança proativa e inovadora.

Considerando essas dimensões, “[...] o compromisso da PME e de seus parceiros é direcionado para a engenharia de produtos e processos capazes de criar valor positivo e responder às necessidades reais da humanidade” (CASTELLANI et al, 2023, tradução nossa), convertendo tanto produtos como processos em ferramentas multifuncionais projetadas a partir da visão de múltiplos *stakeholders*.

Outra perspectiva para a abordagem de colaboração *multistakeholder*, ainda que fora do contexto dos países europeus, e que merece registro neste artigo, é o projeto implementado no estado de Tamil Nadu, na Índia, com apoio da *United Nations University*. O chamado *Localizing the SDGs for micro, small, medium enterprises* (2020) contou com ampla participação das PMEs instaladas na região, respectivas associações setoriais e o Departamento de Indústrias e Comércio no desenvolvimento de indicadores comuns, imbuídos de significado e materialidade, que estivessem alinhados com ODS

selecionados (ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura) e que apoiassem as ambições do documento *Tamil Nadu Vision 2023*, elaborado pelo governo local.

Além de orientar um processo de autoavaliação, o reporte destes indicadores e sua posterior consolidação representam um mecanismo para o poder público identificar oportunidades de atuação em favor do DS. Conforme consta do resumo de conclusões do projeto: “[...] as PMEs reconhecem que têm um papel-chave a desempenhar no alcance dos ODS e expressam um forte interesse em se envolver e participar de forma significativa nos processos de formulação de políticas relevantes” (THINYANE, 2020, tradução nossa).

Ainda no âmbito do reporte de indicadores, mais precisamente relatos de sustentabilidade, deslocando o eixo geográfico para o continente africano, cabe também mencionar um estudo comparativo sobre a incorporação dos ODS em relatórios base GRI publicados por PMEs instaladas em países emergentes *versus* PMEs presentes na África Subsaariana (OPPONG, 2022). Nesta pesquisa, foram analisados 172 relatórios de 2016 a 2020, extraídos da base de dados do GRI, incluindo em geral empresas globais que operam em diferentes indústrias.

O estudo avaliou o nível de dados divulgados (e não a qualidade da informação), concluindo, segundo a autora, que as PMEs listadas em bolsa têm maior probabilidade de abordar os ODS em comparação com as não listadas, além disso, aquelas com mais características e impactos de sustentabilidade também têm maior probabilidade de integrar os ODS em seus relatórios. Finalmente, as PMEs instaladas em economias de baixa renda são mais propensas a incluir os ODS, confirmando a influência do ambiente regional na decisão (OPPONG, 2022).

Como importante ponto de reflexão e também mais orientado para as especialidades empresariais inseridas no Sul Global, Ganson e Hoelscher (2021) destacam, quanto ao âmbito de atuação de muitas PMEs, a triangulação entre elas, desenvolvimento e violência urbana, ressaltando a necessidade de estudos fundamentados sobre essa perspectiva, ainda pouco explorada na literatura. Com base em pesquisa conduzida na comunidade de Langa, na Cidade do Cabo, na África do Sul, eles recomendam que as análises conciliem três aspectos centrais: 1. a necessidade de evitar a simplificação excessiva ou interpretações binárias sobre uma realidade complexa (legal/ilegal, formal/informal); 2. a importância de considerar que interpretações errôneas podem levar a intervenções equivocadas; 3. a demanda por uma abordagem *inside-out* (isto é, de dentro para fora), envolvendo pessoas que vivenciem diretamente esse contexto, o que talvez seja o aspecto mais fundamental (GANSON; HOELSCHER, 2021).

CONCLUSÃO

Na ausência de instrumentos globais e regionais que as enfatizem, as PMEs acabam por empreender seus próprios meios de atingimento dos ODS, via, por exemplo, estratégias de autorregulação especializadas e de articulações coletivas e setorializadas.

Espelhando o que se percebe na abordagem onusiana quanto ao envolvimento de atores empresariais na Agenda 2030, em que a inclusão do setor privado não restou direcionado por uma abordagem top-down ou ainda por um instrumento capaz de

traduzir as expectativas de implementação dos ODS para as PMEs de forma mais devida, o empreendedorismo normativo da UE nesta agenda não é de inovação.

Reunindo estratégias previamente mobilizadas para outras agendas de políticas públicas, em um esforço que parece ser mais o de coletar ferramentas e instrumentos normativos disponíveis para pensar a transversalização coerente do desenvolvimento, como se identifica na PCD e em sua origem em práticas de Estados individuais e da própria UE e da OCDE, vê-se na abordagem da UE um patchwork normativo - uma costura que não necessariamente entrega uma abordagem sólida - com vistas a transversalizar os ODS.

Centrando-se na PCSD, e que se espelha agora para a abordagem onusiana, uma vez que nominalmente passa a corresponder à meta 17.14 do Objetivo 17 da agenda, a UE reforça a dimensão interconectada dos objetivos, assim como a necessidade de uma articulação multistakeholder para sua implementação, sem, entretanto, amarrar com clareza nesta abordagem e estratégia um papel para as PMEs.

Se, de um lado, a Comissão Europeia (2020) através de uma SME Strategy for a sustainable and digital Europe, reconhece que "Os 25 milhões de empresas pequenas e médias na Europa são a espinha dorsal da economia da UE" e que a transição para uma economia verde e digital - ambições estratégicas da UE - atribui às PMEs um papel de importância, de outro lado, do ponto de vista da Agenda 2030, a UE não insere uma preocupação mais clara com esses mesmos atores em seus esforços de localização.

Assim, o compromisso ético-político que perpassa a agenda ODS, expresso no slogan "leaving no one behind" (traduzido aqui como não deixar ninguém para trás), perde a chance de se articular com o princípio do think small first (pensar no menor primeiro) na formulação de políticas europeias endereçadas para as PMEs. Enquanto o primeiro princípio expressa um compromisso moral com o gancho espacial da Agenda 2030, reconhecendo que a paisagem do desenvolvimento não pode ser excludente, este último princípio articula-se com a minimização dos impactos de um ambiente de negócios globalizado repleto de meandros regulatórios sobre as PMEs e, por extensão, com implicações sobre a sociedade.

Diante deste quadro, esta pesquisa e artigo sustentam que, se as PMEs trilham (e se seguirão fazendo) e se comprometem com os ODS, esta jornada não deverá ser possível individualmente. Assim, a partir de um paradigma focado na colaboração em vários níveis e com distintos stakeholders, o artigo buscou levantar práticas - não homogêneas e de caráter bottom-up - reveladoras do esforço de PMEs europeias em diversas frentes para construir métodos e ferramentas que viabilizem sua adesão e contribuição com a localização, territorialização e espacialização dos ODS.

Ainda que o território europeu tenha se estabelecido como recorte inicial, restou evidente que práticas dinâmicas têm também inserido as PMEs nesta Agenda em paisagens do Sul Global, ampliando a capacidade das PMEs se comprometerem e exercerem sua influência no cumprimento da Agenda 2030.

As pesquisas envolvendo as PMEs e a Agenda 2030, mesmo que incipientes, abrem um campo de pesquisa a ser explorado, tal como o artigo revela, permitindo um

encontro produtivo do campo disciplinar das Relações Internacionais com os estudos ligados à Gestão de Negócios, oferecendo ainda caminhos metodológicos férteis para apontar para a faceta empresarial da localização dos ODS, sobretudo via PMEs.

REFERÊNCIAS

AHLSTRÖM, H.; SJÅFJELL, B. Why policy coherence in the European Union matters for global sustainability. *Environmental Policy and Governance*, v. 33, n. 3, p. 272–287, 2023.

BAUMANN-PAULY, D. et al. Organizing corporate social responsibility in small and large firms: size matters. *Journal of Business Ethics*, v. 115, n. 4, p. 693-705, 2013.

BHADURI, A. et al. Achieving sustainable development goals from a water perspective. *Frontiers in Environmental Science*, 2016.

BIEKŠA, K. et al. Assessment of Sustainable Economic Development in the EU Countries with Reference to the SDGs and Environmental Footprint Indices. *Sustainability*, v. 14, n. 18, p. 11265, 2022.

CANTELE, S.; ZARDINI, A. What drives small and medium enterprises towards sustainability? Role of interactions between pressures, barriers, and benefits. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 27, n. 1, p. 126-136, 2019.

CASTELLANI, Paola; ROSSATO, Chiara; GIARETTA, Elena; VARGAS-SÁNCHEZ, Alfonso. Partner selection strategies of SMEs for reaching the Sustainable Development Goals. *Review of Managerial Science*, 2023.

CÁZAREZ-GRAGEDA, K. **The whole of government approach**: Initial lessons concerning national coordinating structures for the 2030 agenda and how review can improve their operation. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, 2019.

_____. **The whole of society approach**: Levels of engagement and meaningful participation of different stakeholders in the review process of the 2030 Agenda. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, 2018.

CHARVERIAT, C. **The Green Deal**: Origins and Evolution, 2023. Disponível em: <https://geopolitique.eu/en/articles/the-green-deal-origins-and-evolution/>. Último acesso em 04 de abril de 2023.

COLGAN, A.; KENNEDY, L.A.; DOHERTY, N. **A Primer on implementing whole of government approaches**. Dublin: Centre for Effective Services, 2014.

DALTON, V. The challenge of engaging with and reporting against the SDGs for SMEs such as Sydney Theatre Company. *Journal of Management & Organization*, v. 26, n. 6, p. 975-994, 2020.

DONOVAN, J. D. et al. *Corporate sustainability assessments: Sustainability practices of multinational enterprises in Thailand*. New York: Routledge, 2016.

EUROPEAN COMMISSION. **Commission Recommendation of 6 May 2003 concerning the definition of micro, small and medium-sized enterprises (Text with EEA relevance) (notified under document number C(2003) 1422)**. EUR-Lex [10 de janeiro de 2022]. 2003. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32003H0361>. Último acesso em 04 de abril de 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT, THE COUNCIL, THE EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE REGIONS An SME Strategy for a sustainable and digital Europe**. 2020. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0103>. Último acesso em 04 de abril de 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **European Climate Law**. Disponível em https://climate.ec.europa.eu/eu-action/european-climate-law_en. Último acesso em 04 de abril de 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **European Consensus on Development**. Disponível em https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/european-development-policy/european-consensus-development_en. Último acesso em 04 de abril de 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **Global Gateway**. Online. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_en. Último acesso em 04 de abril de 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **SME Definition**. Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs. Disponível em https://single-market-economy.ec.europa.eu/smes/sme-definition_pt. Último acesso em 04 de abril de 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **TOOL #23**. The SME test. Better regulation toolbox 2023. Disponível em: <https://commission.europa.eu/system/files/2023-09/BRT-2023-Chapter%203-Identifying%20impacts%20in%20evaluations%20fitness%20checks%20and%20impact%20assessments.pdf>. Último acesso em 04 de abril de 2023.

GANSON, B.; HOELSCHER, K. Theorising MSMEs in Contexts of Urban Violence. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 2, n. 2, p. 222–241, 2021.

GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M. et al. "Sell" recommendations by analysts in response to business communication strategies concerning the Sustainable Development Goals and the SDG compass. **Journal of Cleaner Production**, v. 255, p. 120194, 2020.

GLOBAL COMPACT NETWORK UK. **Environmental Sustainability for SMEs**. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org.uk/environmental-sustainability-for-smes/>. Acesso em: 06 out. 2023.

GLOBAL TASKFORCE. **All SDGs are local**. Towards an action agenda in habitat III. Global Taskforce, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3Hh1BNf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

GREGERSEN, C; MACKIE, J.; TORRES, C. **Implementation of the 2030 Agenda in the European Union**: constructing an EU approach to Policy Coherence for Sustainable Development. ECDPM Discussion Paper. n. 197. 2016.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **Nota de Repúdio ao Desmonte do Sistema de Governança dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/11/nota-de-repc39adio-ao-desmonte-do-sistema-de-governanc387a-dos-ods-no-brasil.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

GUARINI, E.; MORI, E.; ZUFFADA, E. Localizing the Sustainable Development Goals: a managerial perspective. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 34, n. 5, p. 583-601, 2022.

HERAS-SAIZARBITORIA, I.; URBIETA, L.; BOIRAL, O. Organizations' engagement with sustainable development goals: From cherry-picking to SDG-washing? **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 29, n. 2, p. 316-328, 2022.

JABBARI, Habib; ANVARI, Arezu. **No Region/Space Left Behind: Assessment of the SDGs from a Socio-spatial View**. NEC Paper, 2017. Disponível em: <https://nec.undp.org/publications/no-regionspace-left-behind-assessment-sdgs-socio-spatial-view>. Acesso em: 08 out. 2023.

JIMÉNEZ, E.; DE LA CUESTA-GONZÁLEZ, M.; BORONAT-NAVARRO, M. How Small and Medium-Sized Enterprises Can Uptake the Sustainable Development Goals through a Cluster Management Organization: A Case Study. **Sustainability**, v. 13, n. 11, p. 5939, 2021.

JOHNSON, M.; SCHALTEGGER, S. Two decades of sustainability management tools for SMEs: how far have we come? **Journal of Small Business Management**, v. 54, n. 2, p. 481-505, 2015.

KOH, Jaekyung; HUH, Taewook; YE, Minji. Desenvolvendo um índice de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para governos locais: o caso da província de Gyeonggi na Coreia. **Ecosystem Health and Sustainability**, v. 7, n. 1, 2021.1.

KRANTZ, Venus; GUSTAFSSON, Sara. Localizing the sustainable development goals through an integrated approach in municipalities: early experiences from a Swedish forerunner. **Journal of Environmental Planning and Management**, v. 64, n. 14, p. 2641-2660, 2021.

LOCAL 2030. **Localizing SDGs**. Disponível em: <https://www.local2030.org/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

LU, J. et al. Assessment of corporate social responsibility by addressing sustainable development goals. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, n. 2, p. 686-703, 2020.

MALEKPOUR, S. et al. Achieving the sustainable development goals requires transdisciplinary innovation at the local scale. **One Earth**, v. 3, n. 3, p. 300-313, 2020.

MARCONI, C. A. et al. **A União Europeia e seu *global actorness*: desafios intra e extra-europeus**. 2023. Disponível em https://europa.fecap.br/wp-content/uploads/2023/06/Report-3_UE_Global_Actorness_24pg_V3.pdf. Último acesso em 08 de outubro de 2023.

NYGAARD, S.; KOKHOLM, A. R.; HUULGAARD, R. D. Incorporating the Sustainable Development Goals in Small- to Medium-Sized Enterprises. **Journal of Urban Ecology**, p. 1-10, 2022.

OECD. **A Territorial Approach to the Sustainable Development Goals: Synthesis Report**. OECD Urban Policy Reviews. Paris: OECD Publishing, 2020.

OKITASARI, M. et al. **Governance and National Implementation of the 2030 Agenda: Lessons from Voluntary National Reviews**. Policy Brief - United Nations University Institute for the Advanced Study of Sustainability. 2019. Disponível em <http://collections.unu.edu/eserv/UNU:7386/UNU-IAS-PB-No18-2019.pdf>. Último acesso em 04 de abril de 2023.

OOSTERHOF, P. D. **Localizing the Sustainable Development Goals to Accelerate Implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Asian Development Bank

- The Governance Brief, Vol. 33, 2018. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/472021/governance-brief-033-sdgs-implementation-2030-agenda.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

OPPONG, N.B. **Sustainable Development Goals and Small and Medium Enterprises: A Comparative Study of Emerging Economies and Sub-Saharan Africa**. *Global Business Review*, 1-14, 2022

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Policy Coherence for Sustainable Development 2018: Towards Sustainable and Resilient Societies**. Paris, 2018.

PACTO MUNDIAL RED ESPAÑA. **Guía para PYMES ante los Objetivos de Desarrollo Sostenible**. 2019. Disponível em: <https://www.pactomundial.org/wp-content/uploads/2019/12/Guía-para-pymes-ante-los-ODS.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

PEDERSEN, C. S. The UN Sustainable Development Goals (SDGs) are a Great Gift to Business!. *Procedia CIRP*, v. 69, p. 21-24, 2018.

PURVIS, B.; MAO, Y.; ROBINSON, D. Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustain Sci*, v. 14, p. 681-695, 2019.

RAES, S., Understanding SME heterogeneity: Towards policy relevant typologies for SMEs and entrepreneurship: An OECD Strategy for SMEs and Entrepreneurship. **OECD SME and Entrepreneurship Papers**. No. 28, OECD Publishing, Paris, 2021.

ROSATI F.; FARIA L.. Addressing the SDGS in sustainability reports: the relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, v. 215 p.1312-1326, 2019.

SCHEYVENS, R. et al. The private sector and the SDGs: the need to move beyond 'business as usual'. *Sustainable Development*, v. 24, n. 6, p. 371-382, 2016.

SDG COMPASS. **SDG Compass: The Guide for Business Action on the SDGs**. SDG Compass, 2015. Disponível em: <https://sdgcompass.org/>. Acesso em: 10 out. 2023.

SONNTAG, R.; LEWIS, G. J.; RASZKOWSKI, A. The Importance of Implementing SDGs by Small and Medium Size Enterprises: Evidence from Germany and Poland. *Sustainability*, v. 14, n. 24, p. 16950, 2022.

STERLING, E. et al. Creating a space for place and multidimensional well-being: lessons learned from localizing the SDGs. *Sustainability Science*, v. 15, n. 4, p. 1129-1147, 2020.

SUWALA, L.; HANS-HERMANN, A. Family firms and corporate spatial responsibilities in Germany: implications for urban and regional planning and management. In: BASCO, R.; STOUGH, R.; SUWALA, L. (Org.). **Family Business and Regional Development**. UK: Routledge, 2021.

SUWALA, L.; HANS-HERMANN A.. **Corporate Spatial Responsibility and Sustainable Development Goals**. EconStor Open Access Articles and Book Chapters. ZBW - Leibniz Information Centre for Economics, p. 141-153, 2020.

THINYANE, M. Localizing the SDGs for Micro, Small and Medium Enterprises: Participatory Indicators Development in Tamil Nadu - India. **United Nations University**, 2020.

TOPPLE, C.; DONOVAN, J. D.; MASLI, E. K.; BORGERT, T. Corporate sustainability assessments: MNE engagement with sustainable development and the SDGs. **Transnational Corporations**, v. 24, n. 3, p. 61-71, 2017.

TREMBLAY, D. et al. A systemic approach for sustainability implementation planning at the local level by SDG target prioritization: the case of Quebec City. **Sustainability**, v. 13, n. 5, p. 2520, 2021.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. **How UCLG Contributes to the SDGs**. 2018. Disponível em: <https://www.uclg.org/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS. **How UCLG Contributes to the SDGs**. [11 maio 2022]. Disponível em: <https://www.uclg.org/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Localizing the SDGs Toolbox**. 2022. Disponível em: https://sdgintegration.undp.org/localizing-sdgs-toolbox?utm_source=EN&utm_medium=GSR&utm_content=US_UNDP_PaidSearch_Brand_English&utm_campaign=CENTRAL&c_src=CENTRAL&c_src2=GSR&gclid=Cj0KCQjws_pKUBhCvARIsAB2IYusgXO1jHQB7osnW8bPxOFmQgXWH4ABaF3qvIwzKQxRQ-EF34Mu7GJkaAqLTEALw_wcB. Acesso em: 04 abr. 2023.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Europe**. Disponível em: <https://unglobalcompact.org/engage-locally/europe>. Acesso em: 04 abr. 2023.

UNSDGS. **Operationalizing leaving no one behind**. 2022. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2022-04/Operationalizing%20LNOB%20-%20final%20with%20Annexes%20090422.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

URBAN DATA PLATFORM PLUS. The localisation of the Sustainable Development Goals (SDGs). Disponível em: <https://urban.jrc.ec.europa.eu/sdgs/?lng=en>. Acesso em: 10 out. 2023.

VERBOVEN, H.; VANHERCK, L.. Sustainability management of SMEs and the UN Sustainable Development Goals. **UWF UmweltWirtschaftsForum**, Vol. 24, pp. 165–178, 2016.

WAYNE-NIXON, L.; WRAGG-MORRIS, T.; MISHRA A.; MARKLE, D.. Localizing the 2030 Agenda. In: **Good Practice in 2030 Agenda Implementation Series**. Vancouver and Ottawa: British Columbia Council for International Cooperation and Canadian Council for International Co-operation, 2019.

ZEIGERMANN, Ulrike. Governing Sustainable Development through Policy Coherence? The Production and Circulation of Knowledge in the EU and in the OECD. **European Journal of Sustainable Development**, v. 7, n. 1, p. 133-149, 2018.